Assembleia de Freguesia de Ega

Ata

Reunião da Assembleia de Freguesia

29/09/2023

Ata Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Rebolia, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Ega, com presidência de Daniel Tomé Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e votação da Ata da última Assembleia de Freguesia;

2 – Intervenção do público;

3 – Período antes da ordem do dia;

Ordem do dia:

4 – Informações do Presidente da Junta;

Compareceram na sessão os deputados Daniel Tomé Gonçalves, Daniel Pratas, Dina Melro, Paulo Vitorino Gonçalves, Ramiro da Costa Braz, Deonilde Dias e Helena Gonçalves. Por parte do executivo da Junta esteve presente o Presidente Rodolfo Silva, a Secretária Isabel Santos e a Tesoureira Paula Mendes. O deputado Amândio Cravo não compareceu na sessão, tendo justificado a sua ausência, sendo substituído pelo deputado Carlos Carecho. O deputado Hugo Ferreira não compareceu na sessão.

Uma vez que, à hora marcada, a deputada Helena Gonçalves ainda não tinha chegado, o Presidente da Assembleia de Freguesia propôs que se adiasse o início da sessão em quinze minutos, situação à qual ninguém dos presentes se opôs.

Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão saudando os presentes tendo aproveitado para agradecer à Associação da Rebolia pela cedência do espaço.

Teve, então, início o ponto um, leitura e votação da ata da última Assembleia de Freguesia. Uma vez que a ata foi disponibilizada, previamente, aos membros da Assembleia, foi questionado pelo Presidente da Assembleia se os presentes prescindiam da leitura da mesma, situação à qual ninguém se opôs. Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade. O deputado Carlos Carecho não participou na votação pelo facto de não ter estado presente na sessão anterior.

De seguida passou-se ao ponto dois, intervenção do público. Tomou a palavra o cidadão Carlos Lopes, da Rebolia, para expor um problema que, disse, já tinha abordado junto do Presidente da Junta, referente a um caminho de acesso a propriedades, na Rebolia. Disse que, de acordo com uma conversa que teve com o Presidente da Junta, este lhe tinha dito que tinha de garantir o acesso às propriedades, o que achou de louvar, mas que, para uns, esse acesso é garantido, mas para outros não deixam espaço, sequer, para passar um trator agrícola. Disse que pretendia recorrer às entidades competentes

para o ajudarem a resolver o problema. Por fim, referiu a situação de outro caminho, na Rebolia, onde existem poços a céu aberto nas imediações, sem proteção, tendo solicitado à Junta que fosse feito algo para resolver a situação.

De seguida, tomou a palavra a cidadã Graciete Ramos para referir que, em frente à sua casa, na Rebolia, existe uma ribanceira onde a terra, erva e folhas das oliveiras caem para a valeta, a qual não tem qualquer grelha como outras valetas da Rebolia, o que faz com que a mesma entupa levando as águas pluviais a atravessarem a estrada e a entrarem em sua casa. Solicitou, portanto, que a Junta tomasse iniciativa no sentido de resolver o problema.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder aos assuntos colocados. Quanto ao primeiro problema referido pelo Sr. Carlos Lopes, o Presidente da Junta respondeu-lhe que pensava que tinha sido claro nas respostas que já lhe tinha dado acerca desse assunto. Referiu que, inclusivamente, tinha estado com o Sr. Carlos Lopes no referido local, no passado dia dezassete de fevereiro, onde lhe tinha explicado que o referido caminho não é um caminho público, mas sim uma serventia de inquilinos, que serve os proprietários dos terrenos a que o mesmo dá acesso e, portanto, são esses proprietários os responsáveis pelo caminho, e não a Junta de Freguesia. O Presidente da Junta continuou a sua intervenção referindo que, passados alguns dias dessa visita ao local, tinha sido contactado pela Sra. Cláudia Lopes que, em conversa, o informou de que a manutenção daquele caminho tinha sido sempre efetuada pelos proprietários dos terrenos aí existentes.

O Presidente da Junta prosseguiu referindo que este caso já tinha sido exposto, pelo Sr. Carlos Lopes e pela Sra. Cláudia Lopes, à Proteção Civil do Município de Condeixa-a-Nova, à GNR e ao ICNF cujas respostas foram as mesmas, ou seja, trata-se de uma serventia de inquilinos. Referiu, ainda, que a Câmara Municipal não tem nenhum registo em como aquele caminho se trata de um caminho público e que, segundo o que a própria Sra. Cláudia Lopes lhe disse, a própria matriz do terreno refere como confrontações a estrada municipal ReboliaSerrazina e um caminho, ou seja, serventia e não caminho público. O Presidente da Junta reiterou que já foi bastante claro quanto a este assunto e que, se existiu alguém que colocou umas pedras no referido caminho, os proprietários dos terrenos cuja passagem está a ser condicionada por essa pedras é que deverão falar com a pessoa que as colocou e, dialogando, chegarem a um entendimento para a solução do problema. O Presidente da Junta afirmou que se trata de uma questão de vizinhança e não de uma responsabilidade da Junta de Freguesia e que a mesma não pode nem deve intervir nesta situação. Mais referiu que fez questão de ir ao local medir o caminho e que o mesmo tem cerca de 2,37 metros de largura, informando que, no Plano de Defesa contra Incêndios, aquele caminho está definido como caminho auxiliar, e que a única coisa aí referida é que os caminhos auxiliares servem para passagem de carros (jipes, por exemplo), a pé, podendo ser permanentes ou não, e deverão ter menos de 3,5 metros de largura, pelo que não há nada em que a Junta possa intervir para resolver a situação, substituindo-se aos proprietários.

De seguida, o Sr. Carlos Lopes voltou a usar a palavra para afirmar que a Junta teve autoridade para fazer uma serventia ao Sr. Henrique, na Rebolia, tendo afirmado tratar-se de uma situação idêntica e que serviu para permitir a passagem de camiões para descarga, e que agora a Junta já não tem autoridade para colocar umas pedras à devida distância para permitir a passagem no caminho em questão.

O Presidente da Junta respondeu que, no caso referido, a Junta não efetuou qualquer serventia, mas sim um acesso ao terreno, à semelhança do que tem feito noutros locais. O Sr. Carlos Lopes ripostou

tendo afirmado que o que foi feito foi um alargamento da entrada do terreno e uma serventia ao longo de todo o terreno para permitir a passagem de semirreboques para descarregarem.

Neste momento, o Sr. Carlos Lopes exaltou-se e chamou mentiroso ao Presidente da Junta, tendo o Presidente da Junta respondido ao Sr. Carlos Lopes para este ter cuidado com as palavras que utiliza. O Presidente da Assembleia de Freguesia usou da palavra para solicitar ao Sr. Carlos Lopes que o mesmo tivesse uma postura correta na linguagem utilizada, tendo o Sr. Carlos Lopes respondido que não tinha estimado mal ninguém, ao que o Presidente da Junta respondeu que sim, que o Sr. Carlos Lopes o tinha estimado mal.

O Presidente da Assembleia de Freguesia usou da palavra para dizer ao Sr. Carlos Lopes que a Junta não pode intervir nesta situação e que já tudo tinha sido esclarecido e que, caso o Sr. Carlos Lopes queria avançar com este assunto, a única solução é contratar um advogado.

O Presidente da Junta, de seguida, apresentou uma fotografia do caminho onde o Sr. Carlos Lopes reivindica a intervenção da Junta e referenciou as pedras que se encontram no tal caminho, referindo que o mesmo tem uma largura para passagem de 2,37 metros nesse local e que, inclusivamente, no seu seguimento existem mais pedras e árvores nas bermas. Disse que a impossibilidade de passar com um veículo mais largo que os 2,37 metros não se verifica apenas na entrada do caminho, mas, também, ao longo do seu percurso.

Quanto à serventia que o Sr. Carlos Lopes afirmou que a Junta tinha executado, o Presidente da Junta esclareceu que o que foi feito foi uma entrada para um terreno, do lado da estrada municipal, situação onde a Junta já pode intervir, à semelhança do que já foi feito noutros locais, tendo referido, como exemplo, a entrada para um portão realizada no Casal do Missa e a entrada para uma garagem em Casével. Disse, ainda, que o que se realizou na Rebolia foi uma entrada um pouco mais larga em virtude, também, do desnível do terreno. O Presidente da Junta informou, ainda, que aquando dessa obra na Rebolia o Sr. Carlos Lopes até tinha passado no local e tinha-o questionado se a Junta também fazia esse serviço para o seu terreno ao que o Presidente da Junta respondeu, na altura, que sim uma vez que tinham de garantir estas situações para uns e para outros, mas da estrada municipal para o terreno e não no caso em concreto que o Sr. Carlos Lopes pede, tratando-se de um local particular, uma vez que se trata de uma serventia de inquilinos onde têm que ser os proprietários dos terrenos a resolverem a situação.

De seguida, tomou a palavra a cidadã Graciete Ramos para dizer que também tem um terreno ao fundo do caminho em questão e que, antes de o atual proprietário do terreno à entrada do caminho o ter adquirido e ali ter colocado as pedras que dificultam a passagem, já os outros proprietários lá estavam tendo afirmado, ainda, que antes conseguia ali passar com uma enfardadeira, o que agora não é possível. O Presidente da Junta voltou a reiterar que aquele caminho não é da responsabilidade da Junta e, portanto, a mesma não pode intervir nesta situação.

De seguida, o Presidente da Junta respondeu à questão da valeta colocada pela cidadã Graciete Ramos. Referiu que a Junta tem vindo a resolver algumas situações relacionadas com valetas, através de melhoramentos ou mesmo de novas construções. Quanto ao caso em concreto, o Presidente da Junta disse que a Junta tem tido o cuidado de, regularmente, ir lá limpar a terra que acaba por cair e entupir a valeta. Comprometeu-se a ir ao local avaliar se é exequível alguma intervenção por parte da Junta no sentido de melhorar a situação. Informou que foram colocadas algumas grelhas nas valetas junto à

capela da Rebolia, que foram cedidas pela Câmara Municipal, tendo realçado que intervenções mais exigentes terá de ser a Câmara Municipal a executar.

De seguida tomou a palavra o cidadão Nuno Simões, da Rebolia, para abordar o mesmo assunto. Referiu que o problema daquele local resulta do facto de toda a água da Rua da Capela e da Rua da Relva ser escoada para aquela zona, afunilando naquele local, que depois entope levando a que água entre nas casas aí existentes. Referiu que o problema foi terem feito aquela valeta em meia cana em vez de terem colocado tubos e tapado por cima para evitar que a valeta entupisse. Disse, ainda, que todas as ruas da Rebolia têm grelhas nas valetas e só aquele local é que não tem. O Presidente da Junta disse que ia comunicar o problema à Câmara Municipal.

Quanto à questão dos poços, o Presidente da Junta disse que, tratando-se de terrenos privados, a Junta não pode intervir diretamente nesse assunto. Contudo, referiu que uma proposta eleitoral do executivo, que há de seguir em frente, é a de sensibilizar os donos dos terrenos que contenham poços a fim de os mesmos realizarem obras de proteção uma vez que, por lei, estes poços deverão estar devidamente protegidos.

De seguida, passou-se ao ponto três, período antes da ordem do dia. Tomou a palavra o deputado Carlos Carecho para referir um problema no esgoto junto ao Rio dos Mouros na Ega, na zona conhecida como Rio das Passadeiras, em que a tampa de esgoto aí existente, em situações de chuva mais intensa, deixa extravasar o esgoto, que vai entrar diretamente no rio, tendo referido que se trata de uma situação reincidente. De seguida, questionou o ponto de situação da obra de saneamento no Casal do Missa. Prosseguiu a sua intervenção sugerindo a instalação de ecopontos de compostagem nos vários locais da freguesia afirmando que as pessoas não sabem que, por vezes, estão a deitar adubo para o lixo tendo referido, como exemplo, que existem pessoas que cortam a relva e colocam-na no lixo normal, tendo reiterado a sugestão de instalação desses ecopontos. De seguida, referiu que a zona da Rebolia é uma zona muito sensível no que toca a incêndios florestais, tendo questionado se existe nesta localidade alguma rede de abastecimento de água para os bombeiros. Questionou, também, se o executivo estava atento a plantações ilegais de espécies de crescimento rápido na freguesia, nomeadamente em zonas de reserva agrícola. De seguida referiu que já existiram programas de ocupação para a população sénior, nomeadamente ginástica, tendo sugerido a sua retoma. Sugeriu, também, a promoção de transporte para os idosos da freguesia para se deslocarem à Piscina de Condeixa.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às perguntas colocadas. Quanto ao programa sénior, o Presidente da Junta informou que o mesmo existe, sendo uma parte promovida pela Câmara Municipal, tendo esclarecido que estas atividades tinham sido interrompidas devido à questão do COVID 19, mas, há cerca de um ano e meio, foram retomadas. Referiu que a Câmara Municipal promove atividades de ginástica na Rebolia, na Arrifana e no Casal do Missa e a Junta de Freguesia promove essa mesma atividade na Ega, duas vezes por semana, no salão dos Ugas.

Quanto à questão do transporte da população sénior para a Piscina de Condeixa, o Presidente da Junta perguntou se conheciam a realidade dos recursos humanos da Junta, tendo referido que quando vêm pedir para que seja efetuada a limpeza em vários locais e, depois, se pretende alocar recursos para efetuar outro tipo de serviços, como esse serviço de transporte, alguma coisa terá de ficar para trás uma vez que os recursos são escassos. Referiu que, contudo, existe um serviço de transporte no concelho e na freguesia, implementado pela CIM, chamado SIT-FLEX, que funciona a pedido e a preços muito reduzidos, pelo que não faz sentido a Junta de Freguesia estar a prestar esse serviço.

Quanto às plantações ilegais de espécies de crescimento rápido, o Presidente da Junta respondeu que não tinha conhecimento de nenhuma situação, mas que se tivesse faria o que já fez noutras situações, nomeadamente quanto a despejos de resíduos e esgotos, ou seja, comunicaria à SEPNA-GNR, reiterando, ainda, que qualquer pessoa pode efetuar essa denúncia às autoridades competentes.

Quanto aos pontos de abastecimento de água para os bombeiros, o Presidente da Junta esclareceu que a Freguesia da Ega tem um ponto de abastecimento, em Casével, e o Concelho de Condeixa tem dois. Referiu que uma das medidas que constava no seu programa eleitoral era, precisamente, o reforço destes pontos de água. Disse que estas soluções têm sempre de ser implementadas em terreno da Junta ou em terreno adquirido para o efeito. Disse que, contudo, a rede de abastecimento de água na Freguesia da Ega, através de hidrantes, é muito boa, mas que se existir uma oportunidade, nomeadamente através de fundos, para se colocar um tanque, essa situação iria ser analisada.

Em relação à questão da recolha de resíduos verdes e bio resíduos, o Presidente da Junta esclareceu que a Câmara Municipal presta este serviço de recolha. Disse, também, que a Câmara Municipal já adquiriu contentores para implementar uma rede de recolha destes resíduos no concelho.

Quanto à questão do esgoto no Rio dos Mouros, na Ega, o Presidente da Junta referiu que se trata de um sistema complexo de saneamento em que ocorre a entrada de águas pluviais no sistema e provoca sobrecarga em dias de mais chuva. Referiu tratar-se, provavelmente, de um erro de projeto aquando da realização da obra, há vários anos. Disse que, quando ocorre essa saída de água no local em referência, a única solução por parte da Junta é a de alertar os serviços da Câmara para resolverem o problema, à semelhança do que tem sido feito sempre que têm conhecimento que essa situação ocorre.

Em relação ao saneamento no Casal do Missa, o Presidente da Junta esclareceu que não falta saneamento no Casal do Missa, mas sim saneamento canalizado, realçando que são sistemas distintos. Quanto à obra de saneamento canalizado, o Presidente da Junta referiu que, tendo em consideração a distância que existe entre o Casal do Missa e o coletor do Concelho de Condeixa, a solução que tem sido discutida é a de fazer uma ligação de saneamento canalizado ao Concelho de Soure. Disse que esta é uma obra que a Junta tem indicado e pressionado junto da Câmara, assim como outras, nomeadamente, a estrada Campizes-Casével, a estrada Ega-Serrazina, a Piscina da Ega, etc... Contudo, esclareceu que as pessoas do Casal do Missa não deixam de ter serviço de saneamento, referindo que não sendo a solução mais prática, têm sempre o serviço prestado pela Câmara Municipal de despejo de fossas sépticas.

De seguida, tomou a palavra a deputada Deonilde Dias. Iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao executivo pela instalação do multibanco na Ega tendo aproveitado para questionar, também, qual o custo da instalação. Prosseguiu a sua intervenção dando os parabéns pela iniciativa do kit escolar e, realçando o seu alargamento a alunos até ao 9º ano de escolaridade, questionou porque não foi alargado a alunos até ao 12º ano de escolaridade. Terminou a sua intervenção referindo que a nossa freguesia tem um histórico de feiras anuais afirmando que uma, no entanto, já algo esquecida, tendo sugerido que fosse utilizado o muro da antiga sede da Junta de Freguesia e da capela, na Ega, para fazer uma pintura alusiva à história das feiras.

De seguida, o Presidente da Junta usou da palavra para responder às questões colocadas. Referiu que, após o assunto do multibanco ter sido abordado na Assembleia de Freguesia de setembro de dois mil e vinte e dois, realizaram vários pedidos junto dos bancos, à semelhança do que o executivo anterior já tinha feito, a solicitar a instalação do multibanco. Realçou que importava ter em atenção que tinham

passado, já, seis anos desde que o multibanco da Ega tinha sido assaltado e, posteriormente, retirado, o que, por vezes, tendo em consideração o tempo decorrido, pode ajudar a limpar esse cadastro junto da SIBS, que não permitia que um novo multibanco fosse colocado. O Presidente da Junta continuou a sua intervenção informando que, passados estes anos, a Junta efetuou, de novo, uma série de pedidos para instalação do multibanco, nomeadamente a todos os bancos existentes em Condeixa.

Referiu que, numa primeira fase, não obtiveram qualquer resposta, tendo insistido nos pedidos efetuados. Esclareceu que a Junta trabalha, em exclusivo, com a CCAM, a qual nunca respondeu ao pedido. Disse que alguns bancos negaram o pedido, outros, como o Santander, pediram um valor de 500,00€ por mês, caso não fosse atingido um valor mínimo de movimentos, e que apenas o Novo Banco se mostrou disponível para colocar o equipamento tendo solicitado como condição que a Junta suportasse as obras de instalação. Referiu que face às condições apresentadas pelo Novo Banco, a Junta decidiu avançar com o projeto tendo o Novo Banco suportado os custos de instalação, de cerca de 500,00€, e a Junta suportado as obras na sede para colocação do equipamento, que rondaram cerca de 2.400,00€. Esclareceu que, atualmente, a Junta não tem qualquer despesa diretamente relacionada com a utilização do multibanco nem tinha sido imposto qualquer exigência de mínimo de movimentos, embora, informou, que foi necessário aumentar a rede de alarme e será para contratualizar um novo seguro.

Quando à pintura do mural no muro existente na capela da Ega, o Presidente da Junta disse que já lhe tinha ocorrido essa ideia, porém, devido à existência no muro de vários tubos de escoamento de água, ao fazer-se a pintura nesse local, esse escoamento de água iria manchar a pintura, daí a razão pela qual não foi feito o mural.

Quanto ao kit escolar, o Presidente da Junta respondeu que se trata de uma medida progressiva ao longo dos anos. Disse que no ano passado tinha corrido muito bem e, portanto, decidiram alargar este ano a alunos até ao 9º ano de escolaridade. Esclareceu que a Junta sabe quantas crianças são inscritas na Escola da Ega cerca de duas semanas antes de iniciar o ano letivo, contudo, em relação ao número de habitantes na freguesia que depois possam beneficiar da medida, esclareceu que a Junta não tem esse conhecimento prévio, pelo que é necessário ir avançando com a medida de forma progressiva para se ir avaliando quanto é que a mesma vai custando. Disse que este ano o número de crianças inscritas na Escola da Ega foi superior ao ano transato e que decidiram alargar a medida até ao 9º ano, pelo que o custo da medida foi maior, importando por isso avaliar o orçamento para decidir um futuro alargamento, tendo referido que o objetivo era alargar a medida até ao 12º ano de escolaridade nos próximos três anos.

De seguida, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves. Iniciou a sua intervenção referindo que na sessão de esclarecimentos do Movimento contra a Exploração de Caulinos em Soure Norte, realizada em Figueiró do Campo, foi dito que este movimento tinha tido uma reunião com o Presidente da Junta de Freguesia da Ega tendo questionado qual a posição do Presidente da Junta quanto a esta matéria. Prosseguiu a sua intervenção referindo que o Presidente da Junta tinha dito, na última Assembleia de Freguesia, que iria deslocar-se a Bretten, na Alemanha, como membro da Assembleia Municipal de Condeixa, inserido na comitiva oficial do Município, tendo questionado o Presidente da Junta acerca do que poderia contar sobre a visita realizada.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que na Assembleia de Freguesia de junho de dois mil e vinte e dois, o Presidente da Junta tinha afirmado que a bancada do PSD era da opinião de que se gastava muito dinheiro com recursos humanos. A deputada Helena Gonçalves disse que esse facto é, por

demais, verdade tendo questionado o Presidente da Junta se, estando o mesmo em regime de meio tempo, não é também beneficiário dos recursos da Junta de Freguesia. Continuou a sua intervenção referindo que, na Assembleia de setembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente da Junta tinha dito que a instalação da central fotovoltaica nas instalações da Junta de Freguesia estava em suspenso, uma vez que havia associações também interessadas, tendo questionado se já existia novas informações acerca deste assunto. Questionou, também, por que motivo não existiu qualquer candidatura da Junta de Freguesia ao programa Apoiar Freguesias no âmbito da emergência de saúde pública relativa ao COVID 19, tendo referido que se tratava de comparticipação a 100%, tendo questionado, ainda, se não existiram despesas efetuadas que pudessem ser reportadas no âmbito deste apoio.

Por fim, disse que foi com extremo agrado que viu a intervenção do Presidente da Junta na última Assembleia Municipal, a qual tinha feito todo o sentido. Referiu que, contudo, na Assembleia de Freguesia de setembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente da Junta tinha afirmado que não necessitava das Assembleias Municipais para expor os seus problemas junto da Câmara, uma vez que tinha uma linha aberta com o Presidente da Câmara e restante equipa municipal, tendo questionado o que é que mudou desde essa tal afirmação.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Respondeu que têm uma linha aberta de contacto não só com o Presidente da Câmara, mas com os demais elementos do Município, e que em todas as reuniões que vão tendo com a Câmara vão sempre pedindo mais, o que é natural que aconteça tendo em conta as funções da Junta de Freguesia. Afirmou que vê esta pergunta com estranheza uma vez que vê regularmente o PSD concelhio a criticar os presidentes de junta por não falarem nas Assembleias Municipais e, depois, vêm à Assembleia de Freguesia perguntar porque falaram. Referiu que é óbvio que existem assuntos tão transversais que é importante os restantes colegas da Assembleia terem esse conhecimento e, também, levar a própria oposição a pensar como é que esses assuntos podem ser melhorados. O Presidente da Junta disse que a sua intervenção na última Assembleia Municipal não se tratou de um mero pedido de recursos, apesar de nas redes sociais ter havido alguém que interpretou o assunto erradamente por ter uma visão um pouco curta. Esclareceu que o que disse foi que o mecanismo que existe, de transferência de competências para as freguesias, é um protocolo que está fechado, mas que não está pensado para situações como as que se têm vivido atualmente de inflação galopante. Referiu que se existir uma cláusula incluída no acordo de transferências, que permita a sua atualização indexada à taxa de inflação, isto fará com que o protocolo tenha uma durabilidade muito superior e seja atualizado automaticamente. Disse que a lógica da sua intervenção foi no sentido de melhoria do protocolo em vigor. Concluiu este assunto afirmando que uma vez que não é prática comum a oposição, a nível municipal, dar boas sugestões, a sua intervenção teve como intenção, também, levar a oposição a pensar neste assunto e apresentar, também, propostas de como esta melhoria do protocolo se poderá efetuar.

Quanto à questão da candidatura ao apoio referente às despesas com o COVID 19, o Presidente da Junta respondeu que essa candidatura não foi efetuada uma vez que essas despesas foram bastante reduzidas. Disse que certos programas de apoio deste género estão frequentemente direcionados para freguesias com uma dimensão muito diferente da Ega e com outro tipo de competências, nomeadamente na área da saúde e da educação, as quais tiveram de implementar medidas de grande dimensão aquando do COVID 19. Referiu que na Freguesia da Ega as despesas restringiram-se, essencialmente, aos dispensadores de álcool gel colocados nos cemitérios.

Quanto à questão da instalação da central fotovoltaica, o Presidente da Junta esclareceu que não se trata de uma central fotovoltaica, mas sim de uma comunidade de energia renovável. Referiu que há cerca de um ano e meio, dois anos, este serviço foi bastante divulgado, mas que, de momento, não tem conhecimento de qualquer instalação na zona, mas que de facto existiam associações na freguesia que estavam interessadas na sua instalação. Disse que não se trata da instalação de painéis fotovoltaicos para consumo próprio, mas de um projeto um pouco maior que implica um contrato e uma cedência do espaço do telhado da sede da Junta e que, assim que tenha conhecimento de alguma em funcionamento na zona e verifique a sua boa viabilidade, é um assunto que se deverá voltar a analisar e a ponderar a instalação.

Quanto à questão dos gastos com os recursos humanos, o Presidente da Junta disse que é um facto que a oposição do PSD disse que a percentagem dos gastos com os recursos humanos no orçamento da Junta era muito grande. Referiu que, dessa forma, conclui-se que se a pessoa que fez essa afirmação tivesse a necessidade de colocar mais um funcionário, não o faria. O Presidente da Junta afirmou também, no seguimento deste assunto, que a Junta até tem essa necessidade de colocar mais um funcionário, uma vez que apenas possui um assistente operacional atualmente, o qual tem o natural direito a período de férias e que pode, por exemplo, ficar de baixa, o que limita bastante o trabalho da Junta. Prosseguiu a sua intervenção referindo que, em virtude do exposto, se calhar têm de começar a pensar em colocar mais um funcionário pelo que, caso se verifique, a pessoa que afirmou que o peso dos gastos com o pessoal era elevado, e votou contra o orçamento, seja coerente com esse facto e seja contra a abertura deste posto de trabalho. O Presidente da Junta concluiu sensibilizando a Assembleia para esta necessidade futura de aumento do quadro de pessoal em virtude do volume de trabalho que é exigido à Junta, que é muito elevado para apenas um trabalhador, o qual tem sido garantido, também, com a contratação de serviços externos, o que também foi criticado pela oposição quando afirmaram que existia despesa a mais para serviços externos no orçamento.

Quanto à visita a Bretten, na Alemanha, o Presidente da Junta esclareceu que integrou a comitiva enquanto membro da Assembleia Municipal e que testemunhou uma realidade muito diferente da nossa, onde as pessoas se envolvem bastante no evento, que comemora a Batalha de Bretten, trajando a rigor, tratando-se de um concelho um pouco maior que o de Condeixa. Disse que gostou de ver a recriação histórica do evento, com as pessoas com trajes de época, o que é algo que se poderia tentar fazer nos eventos da freguesia, nomeadamente nas feiras, reavivando um pouco da nossa esquecida história templária.

Quanto à questão da exploração de caulinos em Soure Norte, o Presidente da Junta referiu que a Junta reuniu com o Movimento contra a Exploração de Caulinos em Soure Norte, a pedido dos representantes desse movimento. Disse que quem está a gerir todo o processo da exploração é a DGEG, a quem compete solicitar todos os pareceres necessários, e que a lei não prevê e em momento algum foi solicitado qualquer parecer às Juntas de Freguesia. Referiu que das quatorze entidades consultadas, apenas o Município de Soure deu um parecer desfavorável ao projeto. Disse, também, que o projeto está ainda numa fase de prospecção, tendo sido concedida uma licença para fazer 35 furos para retirar amostras para análise, numa área de 630 hectares, dos quais cerca de 3 hectares são na Freguesia da Ega, que podem nem ser alvo dessas amostras. O Presidente da Junta informou que tinha sugerido aos representantes do movimento a realização de uma sessão de esclarecimentos na freguesia, nomeadamente em Casével, por ser a localidade mais perto da área abrangida. Disse, também, que o abaixo-assinado estava disponível na sede da Junta para quem o quisesse assinar e que

tinha solicitado elementos informativos para melhor esclarecimento das pessoas. Referiu, por fim, que tinha sugerido aos membros do movimento que se deslocassem com o abaixoassinado e com elementos informativos à Feira dos Enchidos de Casével, a realizar no próximo domingo. Concluiu, referindo que a Junta de Freguesia não tem qualquer intervenção neste processo, mas que a Câmara Municipal de Condeixa está a analisar a situação, em conjunto com o Município de Soure.

De seguida, passou-se ao ponto quatro da ordem do dia, informações do Presidente da Junta. O Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dando informação de um assunto respeitante à Assembleia de Freguesia anterior. Informou que, quanto à questão da limpeza do Rio dos Mouros e dos açudes, tinha colocado a questão à CCDR e que, já em setembro, tinha sido contactado por um técnico da parte hídrica que lhe transmitiu que, na realidade, a Junta não tem qualquer responsabilidade quanto à limpeza do rio e dos açudes. Referiu, também, que as pessoas podem-se juntar numa comissão de regantes e efetuar essa limpeza, porém, é necessário terem um título de exploração da água, que pode ser atribuído a uma comissão de regantes, sendo-lhe atribuído um valor de hectolitros que poderá ser distribuído pelos regantes ou, em alternativa, cada regante ter um título individual.

De seguida, o Presidente da Junta usou da palavra para apresentar os trabalhos realizados pela Junta desde a última Assembleia de Freguesia. Quanto a trabalhos de manutenção e obras referiu a limpeza de localidades, nomeadamente Ega, Serrazina, Sangardão, Picota, Relves (Rua Principal), Presa, Casal do Missa, Arrifana e Vale de Janes; o corte de bermas na estrada municipal Ega – Rebolia; a pintura de muretes, sumidouros e marcos de água no Casal do Missa e ao longo da estrada municipal Casal do Missa – cruzamento; o arranjo de valeta no Casal Fernão Domingues na Ega; a colocação de sete espelhos rodoviários e sete placas toponímicas e uma placa direcional; a limpeza dos espaços das capelas, na Ega e São Fipo, da Igreja da Ega, do pelourinho da Ega, do Jardim de Infância de São Fipo e da Ega; a aquisição e colocação de grelhas em falta nas valetas da Rua do Cunha e na Rua das Hortas, na Ega; a instalação do terminal ATM nas instalações da Junta de Freguesia; a substituição da ponte de madeira na nascente do olho, na Ega; a pintura das fontes da Serrazina e do Casal da Barreira e do Casal dos Barreiros, na Ega; a construção de bases de contentores no Casal da Torre, na Ega e em Campizes e, por fim, a recuperação da antiga placa de localidade da Arrifana.

Quanto à manutenção da rede viária florestal referiu a limpeza do caminho agrícola dos Fojos e da Carreirinha, na Ega, do caminho agrícola do açude, em Casével, de caminho agrícola na Arrifana e apoio para limpeza da regadia; a limpeza de caminho de acesso ao rio, no Casal do Rossio na Ega, a limpeza do caminho paralelo à A1 na Rebolia, o arranjo do caminho florestal da Fonte Velha e colocação de manilhas, na Serrazina, a limpeza do caminho agrícola do Vale da Figueira, no Areal na Ega, a limpeza do caminho agrícola da Quinta do Vale, no Casal da Cruz na Ega e a limpeza de três caminhos agrícolas nos Barrios, na Ega. Referiu que, na totalidade, foram limpos cerca de nove quilómetros e meio de caminhos.

Quanto ao associativismo referiu o apoio aos Ugas – A.D.C. Ega com a cedência da carrinha de nove lugares durante o mês de julho e o apoio pecuniário de 400,00€ ao ATL de Verão; o apoio pecuniário de 200,00€ à AJE, o apoio pecuniário de 200,00€ à U. D. de Casével, o apoio pecuniário de 200,00€ ao C. D. de Campizes e o apoio na compra de acrílicos para as janelas e respetiva instalação, concedido à Comissão da Capela de S. Fipo.

Ao nível da educação referiu a atribuição dos kits escolares, a doação de vinte e cinco dossiers, vinte e oito potes de plasticina e de um jogo educativo ao Jardim de Infância da Ega e a atribuição de cinco resmas de papel, quatro tinteiros e um videoprojector ao Jardim de Infância de S. Fipo.

Mencionou, também, a atribuição da bandeira verde no Eco-Freguesias e a entrada em vigor do kit natalidade.

Informou, de seguida, acerca dos trabalhos futuros previstos, tendo mencionado a limpeza na Ega, em virtude da realização da Feira Anual de S. Martinho, a limpeza na Rebolia, Campizes, S. Fipo e Casével; o arranjo das estradas florestais em Campizes e na Rebolia; a colocação de grelhas nas caixas de hidráulicas na Rua da Portelada no Casal do Missa e a colocação de doze bases de contentores.

Encerrou a sua intervenção referindo que o programa Eco.Juntar+ estava na sua fase final, estando previsto a entrega do contentor para a semana seguinte, e aproveitou para divulgar a realização da Feira de Enchidos em Casével, uma organização conjunta da Junta de Freguesia com a U. D. de Casével, e a realização da Feira de Anual de São Martinho, na Ega.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, o Presidente da Assembleia agradeceu aos presentes e deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

Daniel Pastas

O Segundo Secretário